Direta de Inconstitucionalidade n. 8000122-38.2017.8.24.0000, da Capital
Redator designado: Desembargador Hélio do Valle Pereira

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE –
MUNICÍPIO DE TIJUCAS – CARGOS EM COMISSÃO –
NECESSIDADE DE ADEQUADA DESCRIÇÃO DAS
FUNÇÕES OU REVELAÇÃO INATA DE QUE O POSTO
MERECE AQUELA FORMA DE PROVIMENTO –
PROCEDÊNCIA EM PARTE (POR MAIORIA) –
REVOGAÇÃO DE OUTROS DISPOSITIVOS – PERDA
PARCIAL DO OBJETO.

A jurisprudência atual deste Órgão Especial mantém a exigência da adequada descrição das funções vinculadas a cargos de provimento em comissão sob pena de inconstitucionalidade, à exceção dos postos que notoriamente dispensem a exigência do concurso público.

Aqui, os cargos de *chefe de divisão* não estão associados a específicos misteres, de maneira que não se pode identicamente apurar se a excepcional forma de nomeação se justifica.

Insucesso do pedido, porém, quanto aos cargos de *secretário municipal, gerente jurídico e chefes de departamento* (detalhados de forma bastante em lei).

Ação direta conhecida em parte (prejudicada a análise dos dispositivos revogados) e nessa medida parcialmente exitosa.

Julgamento por maioria (havendo dissintonia somente quanto à porção procedente).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade n. 8000122-38.2017.8.24.0000, do Tribunal de Justiça em que é Requerente o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e são Requeridos o Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município de Tijucas.

O Órgão Especial decidiu, preliminarmente, por unanimidade, não

conhecer do pedido declaratório de inconstitucionalidade quanto aos dispositivos hoje revogados das Leis ns. 1.332/96, 1.994/06 e 2.045/07 do Município de Tijuca. Por maioria, julgar parcialmente procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade do artigo 75 e Anexo da Lei Complementar n. 02/10, somente quanto aos cargos de *chefe de divisão*, vencidos os Desembargadores João Henrique Blasi (relator), Francisco Oliveira Neto e Pedro Manoel Abreu, que davam, na parte conhecida, pela integral improcedência.

Participaram do julgamento, realizado nesta data, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores João Henrique Blasi, Soraya Nunes Lins, Henry Petry Junior, Stanley Braga, Francisco Oliveira Neto, Júlio César M. Ferreira de Melo, Pedro Manoel Abreu, Cláudio Barreto Dutra, Luiz César Medeiros, Fernando Carioni, Torres Marques, Marcus Tulio Sartorato, Ricardo Fontes, Salim Schead dos Santos, Jaime Ramos, Moacyr de Moraes Lima Filho (Presidente com voto) e Sérgio Izidoro Heil.

Florianópolis, 20 de junho de 2018.

Desembargador Hélio do Valle Pereira
Redator designado

RELATÓRIO

O eminente Desembargador João Henrique Blasi, relator originário, apresentou este relatório na sessão de julgamento, que encampo:

"Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Ministério Público a desfavor de dispositivos de Leis do Município de Tijuca, ao argumento de afronta ao disposto nos arts. 16, *caput*, e 21, incs. I e IV, da Constituição do Estado, haja vista a criação de cargos comissionados tidos pelo Parquet *acionante* como prováveis unicamente pela via do concurso público.

"O pedido exordial porta o seguinte teor:

"Em razão do exposto, o Ministério Público requer:

"(...)

"(...) a procedência do pedido, a fim de se declarar a inconstitucionalidade: (a) do artigo 75 e Anexo I da Lei Complementar n. 02/10, quanto aos cargos de provimento em comissão de 'Secretário Municipal' (sem delimitação do número de cargos), 'Chefe de Departamento' (sem delimitação do número de cargos) e 'Chefe de Divisão' (sem delimitação do número de cargos); (b) do artigo 118 da Lei Complementar n. 38/15, a qual criou o cargo comissionado de "Gerente Jurídico" (01 cargo); (c) da Lei Ordinária n. 1.332/96, em que há a instituição do cargo em comissão de 'Encarregado de Serviços Gerais' (07 cargos); (d) do artigo 1º, V e VI, da Lei Ordinária n. 1.994/06, responsável pela instituição dos cargos comissionados de 'Assessor de Atendimento ao Público' (03 vagas) e 'Assessor de Serviços Gerais' (01 vaga); (e) do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Ordinária n. 2.045/07, responsável pela criação dos cargos comissionados de 'Condutor de Veículos de Urgência – Socorrista' (04 cargos) e 'Auxiliar de Enfermagem de Atendimento de Urgências e Emergências' (04 cargos), do Município de Tijuca, por afronta aos arts. 16, *caput* e 21, incisos I e IV, da Constituição do Estado de Santa Catarina; (e-TJ fls. 16 e 17)

"A Câmara de Vereadores prestou informações defendendo a regularidade dos éditos profligados (e-TJ fls. 120 a 123) e no mesmo sentido manifestaram-se o Prefeito e o Procurador-Geral do Município (e-TJ fls. 127 a 159).

"Por fim, o Procurador de Justiça Durval da Silva Amorim oficiou nos autos opinando pela parcial procedência do pedido (e-TJ fls. 199 a 207)."

Adito que o pedido foi, quanto à parte conhecida da ação, julgado procedente em parte, cabendo-me então a condição de *redator designado*.

VOTO

1. Conforme prometido na sessão, reitero o posto por Sua Excelência, o Desembargador João Henrique Blasi, pois ficamos todos quase integralmente concordes com os fundamentos trazidos, que foram estes:

"I. A defesa ofertada pelo Prefeito e pelo Procurador-Geral do Município suscita a preliminar de que descabe sindicar a constitucionalidade de dispositivos das **Leis Municipais ns. 1.332/96, 1.994/06 e 2.045/07**, de Tijuca, porquanto revogadas pela Lei Complementar n. 2/2010, que criou novo plano de cargos e vencimentos (e-TJ fl. 129).

"O Ministério Público aquiesceu, propendendo pelo reconhecimento da falta de interesse de agir quanto à declaração de inconstitucionalidade relacionada a tais normas. Confira-se:

"(...) a teor do sustentado pela municipalidade às fls. 127-159, de fato, as Leis Ordinárias ns. 1.332/1996, 1.994/2006 e 2.045/2007 aparentam terem sido tacitamente revogadas pela Lei Complementar n. 02/2010, a qual readequa a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal.

"Nesse sentido, diante dos fatos até então desconhecidos, a presente ação está destituída de objeto nesse particular (*ex vi* do art. 2º, § 1º, da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro).

"Portanto, na forma do art. 485, inciso VI, do Novo Código de Processo Civil, requer-se a exclusão do pedido de inconstitucionalidade no que se refere às Leis Ordinárias ns. 1.332/1996, 1.994/2006 e 2.045/2007, do Município de Tijuca. (e-TJ fl. 201)

"O Supremo Tribunal Federal endossa essa solução. Veja-se:

"Processo constitucional. Agravo regimental em Ação Direta de Inconstitucionalidade. (...) 1. **Não é cabível ação direta de inconstitucionalidade contra lei revogada ou contra norma temporária cuja vigência tenha se exaurido, ainda que remanesçam efeitos concretos dela decorrentes.** Precedentes: ADI 4620, Rel. Min. Dias Toffoli; ADI 1442, Rel. Min. Celso de Mello; ADI 612, Rel. Min. Celso de Mello. 2. Desprovemento

do agravo. (ADI 5571 AgR/DF, rel. Min. Roberto Barroso, j. 19.6.2017 - negritei).

"Por isso não há como conhecer-se do pedido declaratório de inconstitucionalidade dos preceptivos contidos nas três Leis locais revogadas, em relação às quais se impõe extinguir o feito, sem resolução de mérito.

"II. Conforme a petição inicial, o **art. 118 da Lei Complementar Municipal n. 38/2015**, de Tijucas, padece de inconstitucionalidade porque as atribuições concernentes ao cargo nela referido (**Gerente Jurídico**) são de caráter burocrático (e-TJ fl. 12).

"O reportado art. 118 da Lei Complementar n. 38/2015 estabelece que:

"Art. 118. Compete à Gerência Jurídica, através da atuação do Gerente Jurídico:

"I - representar, judicialmente e/ou extrajudicialmente, o SAMAE, acompanhando o andamento de processos, representando recursos em qualquer instância, comparecendo às audiências, a execução de dívida ativa, observando a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de Santa Catarina, leis, códigos, jurisprudência, atos normativos, política pública, e/ou outros documentos, bem como observando os princípios éticos e morais inerentes aos agentes públicos, e seguindo as orientações de seus superiores;

"II - representar o SAMAE nos processos de natureza trabalhista em que for parte ou terceiro interessado, comparecendo nas audiências, postulando na defesa e acompanhando os recursos interpostos nas ações e processos de sua competência junto às instâncias superiores, a fim de pleitear uma decisão favorável;

"III - participar na execução de decisões judiciais bem como a sua defesa, quando executado;

"IV - elaborar documentos jurídicos, pareceres, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de naturezas administrativas, fiscais, civis, comerciais, trabalhistas, penais, tributárias, ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequadas ao assunto em questão, para utilizá-los em autuação, defesa e demais questões da instituição;

"V - o ajuizamento, o oferecimento de respostas e o acompanhamento, até a decisão final, das ações rescisórias em que o SAMAE for parte interessada, a oposição de embargos de declaração e embargos infringentes, a interposição de recursos ordinários, extraordinários, especiais e agravos aos tribunais superiores e a elaboração de contra razões e respostas aos recursos pela parte contrária;

"VI - participar de comitês e colegiados, conforme convocação; e

"VII - assessorar em outras atividades correlatas e outras que lhe venham ser legalmente conferidas no âmbito de sua competência.

"A meu sentir as atribuições do **Gerente Jurídico** estão minudentemente explicitadas, têm estrita pertinência com a área de atuação, e mostram-se conformes com o disposto no art. 117 da mesma Lei Complementar (n. 38/2015). *In verbis*:

"Art. 117. A Gerência Jurídica integra a estrutura do SAMAE, estando subordinada diretamente ao Presidente e terá por finalidade a execução das atividades de direção geral e supervisão dos trabalhos jurídicos desenvolvidos pela Autarquia.

"Então, pelo que se vê, compete ao aludido **Gerente Jurídico** desenvolver os trabalhos listados na área do Direito e geri-los (dirigi-los e supervisioná-los).

"Há, destarte, característica de direção e assessoramento, o que autoriza o provimento do cargo pela forma comissionada, consoante o disposto no art. 21, inc. IV, da Constituição estadual.

"Assim sendo, desassiste razão ao demandante quanto à inconstitucionalidade imputada ao cargo referenciado.

"III. Os questionados **art. 75 e Anexo I da Lei Complementar n. 2/2010**, de Tijuca, dispõem que:

"Art. 75. Ficam criados os cargos de **Secretários Municipais**, Chefe de Gabinete, Diretores, Procurador Geral, Oficial de Gabinete, Assessores, Coordenadores, **Chefes de Departamentos** e **Chefes de Divisões**, conforme estruturados na presente lei, para uma jornada de quarenta horas semanais e, como são cargos comissionados, serão exercidos em função de confiança, ou seja, de livres nomeações e exonerações pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de competente portaria, com as nomenclaturas e remunerações previstas no Anexo I desta lei. (negritei)

"§ 1º. O cargo de Diretor de Integração e Comunicação Social será exercido por profissional jornalista com curso superior.

"§ 2º. Os cargos de Coordenadores de Estratégia de Saúde da Família, de Atenção Básica de Saúde e de Vigilância em Saúde serão exercidos por profissionais com curso

superior na área da saúde.

"§ 3º. O cargo de Procurador Geral será exercido por advogado devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de Santa Catarina.

(...)

"Anexo I

"QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO E SUAS REMUNERAÇÕES

"CARGO.....REMUNERAÇÃO

"Secretário Municipal.....R\$ 5.650,00

"Procurador Geral.....R\$ 5.650,00

"Chefe de Gabinete.....R\$ 5.650,00

"Coordenador.....R\$ 3.865,38

"Diretor.....R\$ 3.100,00

"Assessor.....R\$ 2.565,72

"Chefe de Departamento....R\$ 2.066,83

"Oficial de Gabinete.....R\$ 1.508,50

"Chefe de Divisão.....R\$ 1.270,98

"Entende o Órgão demandante que a mácula de inconstitucionalidade reside no fato de não estarem delimitados o quantitativo e as atribuições dos cargos de **Secretário Municipal**, de **Chefe de Departamento** e de **Chefe de Divisão** (e-TJ fl. 14).

"A Municipalidade, como contraponto, pondera que o quantitativo de cargos extrai-se da leitura sistemática da própria Lei Complementar, pois esta define quais são as Secretarias Municipais, sendo certo que cada qual delas é comandada obviamente por um só titular.

"De fato, o art. 10 da LCM em comento estatui que:

"Art. 10. A estrutura básica da Administração Pública de Tijucas/SC é constituída pelos seguintes órgãos:

"(...)

"V - Órgãos de administração geral:

"a) **Secretaria Municipal de Administração;**

"b) **Secretaria Municipal de Finanças;**

"VI - Órgãos da administração específica:

- "a) **Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos;**
 - "b) **Secretaria Municipal de Educação;**
 - "c) **Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente;**
 - "d) **Secretaria Municipal de Ação Social;**
 - "e) **Secretaria Municipal de Saúde;**
 - "f) **Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;**
 - "g) **Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos.** (negritei)
- "São, portanto, 9 (nove) as Secretarias e, como corolário, 9 (nove)

os **Secretários Municipais.**

"Já os cometimentos de cada Pasta estão descritos nesta mesma Lei Complementar: art. 54, Secretaria de Administração; art. 56, Secretaria de Finanças; art. 58, Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos; art. 60, Secretaria de Educação; art. 62 Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente; art. 64, Secretaria Municipal de Saúde; art. 66, Secretaria de Ação Social; art. 68, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e art. 70, Secretaria de Cultura, Juventude e Direitos Humanos (e-TJ fls. 137 a 145)

"Legalmente definidas as competências de cada Pasta, as atribuições dos respectivos **Secretários** acham-se inscritas na Lei Orgânica Municipal, cujo art. 14-A assim dispõe:

"Art. 14-A. O governo do Município é exercido pelo prefeito, a quem incumbe, como o auxílio dos secretários municipais e presidentes das entidades da administração indireta, a direção superior da Administração Municipal.

"§ 1º **Compete aos secretários municipais** e presidentes das entidades da administração indireta **exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração Municipal nas respectivas áreas de competência.** [...] (negritei)

"Idêntico raciocínio aplica-se aos cargos de **Chefe de Departamento** e de **Chefe de Divisão**, dado que cada órgão (Departamento ou Divisão) criado por lei tem, por evidente, apenas um titular, estando, ademais, todos os Departamentos e Divisões arrolados na Lei Complementar local n. 2/2010.

"Exemplificativamente, reporto-me ao art. 51 da Lei Complementar focada, que descreve as atribuições do Departamento de Orçamento e Empenho, sob a responsabilidade do seu Chefe, dizendo:

"Art. 51. Ao Departamento de Orçamento e Empenho, através da atuação **do Chefe do Departamento de Orçamento e Empenho**, compete:

"I - Promover, em conjunto com a Secretaria de Finanças e a Assessoria de Planejamento e Controle, a integração, em nível central, do Sistema de Orçamento-Programa;

"II - Realizar estudos para a elaboração do plano de ação e para a elaboração e reajustamentos dos planos e programas de todos os órgãos da Administração Pública de Tijucas/SC;

"III - Analisar, adequar e integrar os programas de todos os demais órgãos da Administração Pública de Tijucas/SC;

"IV - Elaborar ou reformular a programação orçamentária;

"V - Orientar a elaboração e realizar a análise, a adequação e a integração das propostas orçamentárias de todos os órgãos da Administração Pública de Tijucas/SC;

"VI - Elaborar a proposta global do orçamento programa do Município, em conjunto com a Secretaria de Finanças e a Assessoria de Planejamento e Controle;

"VII - Distribuir as dotações orçamentárias;

"VIII - Adequar as dotações distribuídas aos programas em execução nos órgãos da Administração Pública de Tijucas/SC;

"IX - Acompanhar e avaliar o desempenho do sistema de orçamento-programa desenvolvido;

"X - Executar as demais atribuições que lhe for designada. (negritei)

"Logo, não infiro a existência da mácula de inconstitucionalidade aventada pelo acionante.

"Não se olvida do fato de que os cargos de provimento em comissão (ou puramente de confiança) compõem exceção, cada vez menos ocorrente no âmbito da Administração Pública, contudo, pretender recrutar diretores, chefes e assessores por outra via, que não seja a comissionada, é medida que não encontra endosso no comando constitucional paradigma.

"Do Supremo Tribunal Federal, *servatis servandis*, recolhe-se:

"Agravio regimental nos embargos de declaração em mandado de segurança. 2.

Direito Constitucional e Administrativo. 3. Nepotismo. Ausência de subordinação hierárquica ou projeção funcional entre os servidores públicos nomeados para exercer cargo comissionado no mesmo órgão, ou entre as autoridades nomeantes. 4. **Discricionariedade do membro da magistratura para compor sua assessoria, observados os limites da lei e da Constituição.** Impossibilidade de presunção de influência do exercente do cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado a um Desembargador na escolha e contratação de outro. 5. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 6. Agravamento regimental a que se nega provimento. (MS 34.179 ED-AgR/DF, rel. Min. Gilmar Mendes, j. 4.4.2018 - negritei)

"Além disso, no caso em tela há descrição das atribuições de determinados cargos, como ocorre com o art. 51 antes transcrito, alusivo a **Chefe de Departamento de Orçamento e Empenho**. O mesmo, reconheça-se a bem da verdade, não ocorre especificamente com as atribuições dos outros cargos de **Chefe de Departamento** e dos **Chefe de Divisão**, no entanto a própria Lei Complementar Municipal, na mesma subseção, dá as competências/atribuições de cada Secretaria e, na sequência, discrimina os órgãos (Departamentos e Divisões) encarregados de executá-las, fato, a meu ver, prestante para afastar a mácula apontada pelo autor da ação.

"E as características dos cargos de **Chefe de Departamento** e de **Chefe de Divisão** são intuitivamente de chefia, como, aliás, expressamente rotulados. Logo, não visualizo a excogitada inconstitucionalidade.

"Nesse sentido, invoco recente decisão deste Órgão Especial restou assim condensada:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CÂMARA DE VEREADORES. CRIAÇÃO DE DIVERSOS CARGOS COMISSIONADOS. INCONSTITUCIONALIDADE DAQUELES NÃO COMPATÍVEIS COM FUNÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTO (ART. 21, INCS. I E IV DA CARTA MAGNA ESTADUAL). CONSTITUCIONALIDADE DOS QUE SE ENQUADRAM EM TAIS SITUAÇÕES. AÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. (ADI n. 8000541-58.2017.8.24.0000, rel. desig. Des. João Henrique Blasi, j. 16.5.2018)

"IV. Em conclusão:

"1. Não conheço do pedido quanto aos dispositivos constantes das

Leis locais ns. 1.332/96, 1.994/06 e 2.045/07, em relação aos quais impende extinguir o feito, sem resolução de mérito.

"2. Não avisto inconstitucionalidade no art. 118 da Lei Complementar Municipal n. 38/2015, que trata do cargo de **Gerente Jurídico**.

"3. Quanto aos cargos de **Secretário Municipal**, de **Chefe de Departamento** e de **Chefe de Divisão** considero que, por sua natureza, admitem o provimento por comissão, motivo pelo qual tenho por constitucionais o art. 75 e Anexo I da Lei Complementar Municipal n. 2/2010."

2. A discrepância de visões se limitou a um aspecto: os *cargos de chefe de divisão*, em relação aos quais não havia descrição na norma quanto às suas concretas atribuições; muito menos podendo ser extraído do contexto os seus misteres.

Em outros termos, a maioria entendeu que ou se tem um cargo que notoriamente seja destinado ao provimento não efetivo (p.ex., de secretário municipal), ou devem estar presentes os deveres do posto sob pena de inconstitucionalidade. Ainda que se seja possível dizer (estou conjecturando, em *obiter dictum*) que um chefe de divisão possa estar associado àquela forma especial de provimento, devem-se ao menos conhecer a divisão à qual vinculado, especificando-se que a tal parcela da competência administrativa terá nuanças tais que justifiquem um especial vínculo de afinidade com o Chefe de Poder.

Cuida-se de uma compreensão boa, que reafirmo:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2010, DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE. CRIAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO. AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES.

CARGOS DE ASSESSOR ESPECIAL, CHEFE DE GABINETE E ASSESSOR JURÍDICO. VERIFICAÇÃO DE QUE A LEI DESCREVE AS ATRIBUIÇÕES DOS REFERIDOS CARGOS. CONSTATAÇÃO DE QUE SE ENQUADRAM NA FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO E EXIGEM IDENTIDADE IDEOLÓGICA ENTRE O NOMEANTE E OS NOMEADOS.

11

INCONSTITUCIONALIDADE NÃO ACOLHIDA.

CARGOS DE DIRETOR DAS SECRETARIAS. VERIFICADA AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA CARGO. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIR A EVIDÊNCIA DE QUE SERÃO DESTINADOS ÀS TAREFAS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO, OU QUE EXIJAM LIAME DE CONFIANÇA ENTRE O NOMEANTE E OS NOMEADOS. AFRONTA AO ART. 21, INCISOS I E IV, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, E AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, PUBLICIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVAS.

INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA.

MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO. 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONTADOS DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO.

AÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. (TJSC, ADI n. 8000379-97.2016.8.24.0000, de Meleiro, rel.^a Des.^a Soraya Nunes Lins)

3. Como é da praxe nesses casos (e inclusive constou do último precedente), é merecida a modulação de 180 dias, evitando-se que a declaração repentina ofenda expectativas criadas, dando-se simultaneamente a possibilidade de correção legislativa para o futuro.

4. Assim, voto por conhecer em parte da ADI, extinguindo o processo sem resolução do mérito pela perda do interesse de agir quanto aos dispositivos revogados das Leis 1.332/96, 1.994/06 e 2.045/07.

Julgo procedente em parte o pedido quanto à porção remanescente: ratifico a validade das disposições pertinentes aos cargos de gerente jurídico, secretário municipal e chefe de departamento, mas declaro a inconstitucionalidade da criação dos cargos de chefe de divisão – em relação aos quais, porém, outorgo modulação de 180 dias (contados da publicação do acórdão).

É o voto.